

D. João VI: Um príncipe entre dois continentes.

São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 484p.

Traçar a trajetória política de D. João VI nos dois lados do Atlântico foi uma tarefa de fôlego, a qual Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa cumpriram muito bem. Mais do que uma obra biográfica, que tem o mérito de acompanhar o nascimento e morte (1767-1826) de um importante personagem de nossa história, esse livro nos apresenta, sobretudo, o plano e o contexto político de "um príncipe entre dois continentes".

Logo nas primeiras páginas os autores nos advertem que raros foram os monarcas que ocuparam um lugar de destaque no imaginário histórico como D. João VI. Sua trajetória foi incomum, ocupou um lugar para o qual não estava destinado, foi limitado em seus poderes, atravessou um oceano, tornou-se rei em um novo reino, enfrentou a revolução liberal, atravessou novamente o oceano, e jurou obediência à constituição portuguesa. Em Lisboa, sofreu um golpe de estado aplicado por seu próprio filho, d. Miguel e sua morte permaneceu envolta em mistérios e conspirações. D. João foi o último rei absoluto e viveu um tempo de intensas transformações políticas, inclusive do surgimento de uma nova esfera política, baseada na emergência de uma esfera pública que deu maior visibilidade aos seus atos. Nenhum monarca estivera tão exposto antes. As mais conhecidas imagens associadas ao "personagem" vêm, como admitem Pedreira e Dores, da historiografia portuguesa, que o apresenta sob um ponto de vista "liberal e até republicano". Oliveira Martins imortalizou a imagem de D. João VI com os frangos assados nos bolsos da casaca em seu clássico *História de Portugal* no final do século XIX. Os autores concordam que, ao fazer um ataque ao sistema, d. João passa a personificar todos os vícios da própria monarquia e por isso não o poupam na crueldade e no escárnio. O certo é que D. João já possuía uma imagem de um príncipe "pusilânime e irresoluto" ou mesmo de um "néscio", "fraco" e "alienado" entre os seus contemporâneos. Até mesmo entre aqueles que o apoiavam, mas que não deixavam de ver seus vícios de fraquezas; ou mesmo ver, na sua fraqueza, a incerteza. Ainda assim, viam na sua fraqueza uma sabedoria, como diria Oliveira Lima em sua obra biográfica sobre D. João VI de 1909. Pedreira e Costa afirmam que Oliveira Lima empreendeu um grande esforço para reabilitar a imagem de D. João durante o período republicano, mesmo no Brasil, onde seu prestígio ainda era relativamente considerável. Em Portugal, ou no continente historiográfico português, onde a obra de Oliveira Lima era desconhecida, nada se escrevia a respeito de D. João VI e este silêncio permaneceu até a retomada conservadora durante o período salazarista, segundo Pedreira e Costa.

Curiosamente, o vazio historiográfico em Portugal manteve-se nos últimos anos, mesmo em trabalhos acadêmicos. Na coleção, a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, D. João VI não figura nem como príncipe nem como rei. Ao contrário, no continente historiográfico brasileiro as referências a D. João sempre foram muito mais fartas e mais generosas. Oliveira Lima retomou o que já havia sido defendido por Adolfo Varnhagen, isto é, o papel fundamental de D. João na formação da nação brasileira. Este também é o tema das *Memórias sobre os benefícios políticos do Governo d'El-Rei D. João VI Nosso Senhor* de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.

A abertura dos portos, a elevação do Brasil à condição de reino, a permissão para manufaturas, a criação de estruturas viárias, a introdução dos principais órgãos de regulação da monarquia como os tribunais, Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordem, Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Real Academia Militar, Banco do Brasil, entre outros órgãos para organizar e institucionalizar a administração da sede monárquica no Brasil, constituem fatores relevantes da presença da família real no Brasil. Esse quadro de transformação histórica representa o fortalecimento do Brasil dentro do império Luso-brasileiro e foi magnificamente analisado no sétimo capítulo da obra "O príncipe no Brasil". A ênfase nessa perspectiva de forma positiva, representou na historiografia, a defesa do ponto de vista dos interesses brasileiros.

Esse mesmo ponto de vista, com algumas ressalvas, pode ser retomado em Maria Odila Dias, no estudo *Interiorização da Metrópole*, isto é, a interiorização dos interesses lusitanos em terras americanas e, de certa forma, o abandono dos interesses portugueses ou europeus propriamente ditos. O distanciamento da historiografia portuguesa de D. João VI, em seu contexto histórico, justifica-se nesta medida por sua associação aos interesses brasileiros ou mesmo pelo fato de ter sido o último rei absoluto que, no imaginário dos portugueses, teria arrastado Portugal para uma era de decadência e pobreza.

Não é intenção dos autores empreender uma obra de recuperação da imagem de D. João VI, mas, sem dúvida, ao constituírem um trabalho complexo de contextualização do tumultuado período em ele vive, restituem-lhe traços bem mais humanizados. Em determinada passagem sobre o acompanhamento da atividade governativa, os autores afirmam que os monarcas eram, em geral, figuras resguardadas por um cerimonial, tornando difícil saber exatamente a forma como eles intervinham nas questões governativas. Entretanto, D. João costumava, em situações extremas, fazer anotações de próprio punho em cartas diplomáticas, quando queria enfatizar sua posição. Os autores lembram que os reis não escrevem suas cartas, eles as mandavam escrever. Por isso a letra de D. João revelava pouca intimidade com a escrita. Através de passagens como essa, podemos observar facetas diferenciadas daquelas imagens burlescas e populares sobre D. João, vulgarizadas ainda hoje. Pedreira e Costa mostram, assim, algo que se julga relevante no trabalho biográfico, o não condicionamento e a contaminação das informações no exame de suas fontes. Analisam uma vasta fonte bibliográfica, incluindo memórias, correspondências e algumas fontes manuscritas de arquivos e bibliotecas de Lisboa e Rio de Janeiro. Realizam um trabalho de fôlego, principalmente pelo fato de conseguir aproximar os continentes historiográficos. Se em Portugal havia uma carência de referência sobre D. João, a obra de Pedreira e Costa, originalmente publicada em terras lusitanas, veio suprir essa lacuna. Essa obra fez parte de uma coleção de estudos biográficos sobre todos os monarcas portugueses, cujo projeto foi desenvolvido por equipes de investigadores portugueses vinculados à Universidade Católica Portuguesa. Desenvolvidos entre os anos de 2003 e 2006, estes trabalhos foram imediatamente publicados pelo Circulo de Leitores em Portugal. Neste ano de 2008, e em razão das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte ao Brasil, a obra de Pedreira e Costa foi adaptada para o português brasileiro e publicada entre nós. Sem dúvida, essa efeméride demonstra que o nome de D. João VI possui

grande relevância. Apesar de imensas distâncias, outra aproximação entre esses continentes historiográficos, menos visível talvez, sejam algumas das considerações de Oliveira Lima sobre as atitudes de D. João com as análises sobre o contexto político e econômico de Portugal empreendidos por Valentim Alexandre. Tratam-se de dois autores que claramente influenciaram o trabalho realizado por Pedreira e Costa. O primeiro, um historiador e diplomata brasileiro que viveu entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, crítico republicano e importante biógrafo de D. João VI; o segundo, um historiador português que tem se dedicado a estudos de história contemporânea e áreas coloniais de Portugal. Sobre este autor, Pedreira e Costa dizem que, através de sua obra, foi possível encontrar "um esforço equilibrado de interpretação crítica e discernimento do que foi a atuação própria do príncipe" (p.29).

Vejam no primeiro caso em que os autores dedicam longos trechos à análise de Oliveira Lima e deixam que ele "apresente" D. João. Já há a ressalva que a causa, isto é, o ponto de vista, é brasileiro. O capítulo intitula-se *Novo reino para o novo rei (1815-1821)* e a passagem é a seguinte:

As celebrações pela elevação do Brasil a reino, mesmo que a deliberação não tivesse originalmente esse objetivo, constituíram assim uma ocasião para, através da encenação do poder régio, estreitar os vínculos do príncipe D. João com os seus súditos, em particular com aqueles, para usar a saborosa expressão de Oliveira Lima, "que entravam a nutrir aspirações e manifestar opiniões. (p.308)

D. João tornou-se rei no Brasil e fortaleceu os corpos sociais e estruturas administrativas. A revolução de 1820, o regresso forçado, o constitucionalismo, assim como os episódios de Vilafrancada e "abrilada" colocaram à prova tantas vezes a já conhecida personalidade de D. João. Depois de reconhecido por novas virtudes em Portugal como a moderação e a clemência, o monarca voltava a dar sinais de extrema fraqueza. As malogradas manobras políticas de D. Miguel, no episódio conhecido como "abrilada", não são contidas por D. João.

A descrição do estado do rei feita por alguém que simpatizava com ele e a cuja sorte manifestamente se ligara não é lisonjeira e confirma, a uma derradeira vez, a incapacidade anímica de D. João perante as situações de extrema tensão. Não se tratava de inteligência – o que faltava ao rei não era a compreensão do que se passava –, e sim, ao que tudo indica de tibieza. Incapaz de fazer valer do seu estatuto, sobretudo se o isolavam dos que considerava serem os seus amigos. (p.413)

Os autores reconhecem na tibieza o principal vício do monarca como dizia Oliveira Lima: "Não havia em D. João VI indolência da inteligência, sim indolência da vontade", p. 24.

Por fim, o período que abarca a biografia de D. João VI coincide em boa parte com o período abordado por Valentim Alexandre em seu livro *Os Sentidos do Império* publicado em 1993 e refere-se à questão nacional e questão colonial nas últimas décadas do império Luso-brasileiro. Durante esse período as relações comerciais dentro do império Luso-brasileiro haviam crescido no final do século XVIII e a América portuguesa se tornara a região mais promissora do vasto território da monarquia lusitana. Entretanto, os primeiros anos do século XIX não se anunciaram muito benéficos para Portugal dentro dessa relação comercial. A balança pesava favoravelmente para o Brasil e a transferência da corte não aliviou as tensões

comerciais. Pelo contrário, até 1807 as importações portuguesas do Brasil atingiram o nível de 13,2 mil contos de réis e as reexportações de produtos brasileiros chegaram ao valor máximo de 15 mil em 1801. Por esses números não se podia dizer que havia crise, ou sinais dela, durante essa conjuntura e nem mesmo que havia um contrabando vigoroso ou suficiente para desequilibrar a expansão mercantil. A partir de 1807, no entanto, essa situação mudou drasticamente. O Bloqueio continental à Grã-Bretanha foi seguido de uma queda drástica no comércio de importações e reexportações dos produtos brasileiros em Portugal e isso tornou evidente a fragilidade desse arranjo o que resultou, em poucos anos, no fim do pacto baseado no sistema de proteção. A forte resistência do corpo mercantil de Lisboa à situação gerada pela abertura dos portos no Brasil e, principalmente, pelo tratado de amizade e comércio entre Brasil e Grã-Bretanha em 1810, gerou uma forte corrente opositora das novas políticas econômicas. Além disso, jornais e panfletos circularam em Portugal - também em Londres e Paris na imprensa de língua portuguesa -, difundindo opinião contrária à permanência da Corte no Brasil e à posição desfavorável assumida pelos negociantes portugueses dentro do império. O desenlace dessa situação não foi favorável à manutenção do império, pelo menos não da maneira como ele havia se organizado submetendo a antiga metrópole. O Projeto imperial ficou definitivamente perdido, restando ao rei retornar a Portugal e deixar seu herdeiro no Brasil. Já não havia garantias e era intenso o clima de animosidade.

Completa-se o quadro de aproximações dos continentes historiográficos. Assim, entre outros fatores, a obra de Pedreira e Costa publicada nos dois continentes pode nos dar o que refletir neste sentido. Podemos dizer que ela tem particular interesse para o público leitor brasileiro, pois é inegável para nós a compreensão das transformações que acontecem no Brasil a partir de 1808, com a chegada de D. João e sua corte, e que envolvem também a formação da nação e do Estado do Brasil.